Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para ouvintes, capacitando futuros técnicos para o mercado de trabalho

Dávidson Pereira de Lima[1], Edmara Santos Drigo[2], Jackson Furtuoso da Silva[3], Paulo Anderson da Silva Ribeiro[4], Thalismanda Rafaela Soares de Oliveira [5]

[1] Aluno do curso Técnico em Eletrotécnica na modalidade integrado – IFAL. e-mail: daaviidsoon@gmail.com
[2] Prof. Esp. Códigos e Linguagens. Departamento de Formação Geral – IFAL - Campus Palmeira dos Índios. e-mail: edmarasd@gmail.com
[3] Aluno do curso Técnico em Eletrotécnica na modalidade integrado – IFAL. e-mail: jackson.furtuoso7@gmail.com
[4] Aluno do Terceiro ano do curso Técnico em Eletrotécnica – IFAL - Campus Palmeira dos Índios. Bolsista do PIBICT. e-mail: pauloballack13@gmail.com
[5] Aluna do Terceiro ano do curso Técnico em Eletrotécnica – IFAL - Campus Palmeira dos Índios. Bolsista do PIBICT. e-mail: thalismandasoares@hotmail.com

Resumo: Esta pesquisa consiste em um estudo aplicado das legislações, no que se refere ao ensino de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), na implantação desta nos estabelecimentos de ensino na grade curricular e tem como principal meta buscar estratégias, meios e possibilidades de habilitar alunos do campus, futuros técnicos, que ingressarão no mercado de trabalho a comunicar-se com pessoas portadoras de deficiência auditiva (DA) no ambiente laboral, o que constituiria um diferencial, visto que, as empresas públicas e privadas oferecem cotas para deficientes auditivos em suas seleções seguindo nossa legislação.

A pesquisa, desenvolvida por alunos do Instituto Federal de Alagoas, Campus Palmeira dos Índios, bolsistas da **PIBICT,** procura verificar se portadores de surdez, depois de inseridos no mercado de trabalho, recebem condições para desenvolver suas potencialidades, ou são colocados em setores reservados para tarefas que não exijam comunicação com os demais. Verifica-se se existe suporte por parte do empregador e empenho para que outros funcionários consigam comunicar-se com estes colaboradores. As entrevistas são feitas com os funcionários e com chefes de recursos humanos de empresas, públicas e particulares da Região Agreste, do Estado de Alagoas.

Consideramos agravante no sistema educacional a falta de competência técnica e o compromisso com o ensino, não só com os portadores de necessidades especiais, justifica esta investigação a necessidade de capacitar alunos que vão estar inseridos no mercado de trabalho juntamente com portadores de deficiência auditiva. Que estes possam comunicar-se de maneira efetiva e satisfatória em um processo de inclusão, pois o surdo contaria com seus companheiros de trabalho, capacitados dentro da instituição de ensino regular para realizar essa comunicação. O programa constitui um projeto piloto que contará com voluntários, futuros técnicos, alunos da Instituição, nas oficinas de aprendizagem de LIBRAS, como treino de algumas situações reais do cotidiano no mercado de trabalho.

Palavras–chave: capacitação, comunicação, deficiência, inclusão

ISBN 978-85-62830-10-5
VII CONNEPI©2012

1. INTRODUÇÃO

A história da educação de surdos é repleta de controvérsias e descontinuidades como qualquer outro grupo minoritário, os surdos construíram-se objeto de discriminação em relação à maioria ouvintes.

Os povos primitivos exterminavam os deficientes, pois os consideravam um obstáculo para sobrevivência do grupo, outros, ao contrário protegiam para agradar os deuses. Cada povo tinha uma ideia sobre as deficiências consideravam os deficientes pessoas que receberam punição divina, tinha uma maior sensibilidade interior e diversas outras formas. Na Roma antiga, a lei das XII tábuas, autorizava os patriarcas a matar seus filhos defeituosos, o mesmo ocorrendo em Esparta, onde os recém-nascidos, frágeis ou deficientes, eram lançados do alto do *Taigeto* (abismo de mais de 2.400 metros de altitude próximo de Esparta).

Na antiguidade pensava-se que os deficientes auditivos tinham algum déficit de inteligência, contudo ao passar do tempo ficou constatado, que na verdade os surdos não eram estimulados a aprendizagem. Esse estímulo começou a ocorrer a partir da criação das diversas línguas de sinais, o abade *Charles Michel de I'Epée* criou o "Método de sinais" para comunicação dos surdos, fazendo com que a sociedade repensasse a isolação dos deficientes auditivos da sociedade. A partir dessa proposta, os professores deveriam aprender os sinais para comunicarem com os alunos surdos e ensinar-lhes a língua falada e escrita. *De I'Epée* via a linguagem de sinais, como a língua natural dos surdos.

"O repúdio preconceituoso e a segregação "caridosa" do portador de deficiência cederam passo, progressivamente, à ideia de integração plena dessas pessoas. (Ricardo Tadeu Marques da Fonseca)". Durante vários séculos o portador de necessidade especial foi visto como doente, e por isso, era excluído de uma convivência mais próxima da normalidade, causado pela proteção dos pais, que optavam em segregá-los, hoje se sabe que quanto mais exposto à normalidade melhor será seu desenvolvimento.

Quando a sociedade percebeu que os deficientes precisavam apenas de incentivo para poder assim ser incluídos nos grupos sociais começaram a surgir às instituições para educação de pessoas com necessidades especiais. Sendo o espanhol Pedro Ponce de Leon (1520-1584), um monge que vivia isolado em um monastério onde não se usavam palavras para comunicação e, sim, gestos, também foi o criador da primeira instituição para pessoas com necessidades educacionais especificamente auditivas. Outra figura importante na história da integração das pessoas portadoras de deficiência foi o rei da França, Henrique II, instituindo em 1547, a assistência social obrigatória para deficientes. Mas foi com o passar dos anos no período renascentista da história, que se iniciou a profissionalização e integração dos portadores de deficiência. Em 1620, surgiram na França as primeiras iniciativas para educação das pessoas surdas. Foram então fundadas em Paris novas instituições especializadas na educação das pessoas com necessidades educacionais auditivas (DA). Desde então os portadores de DA conseguiram uma inclusão mínima na sociedade, fazendo as primeiras conquistas como passear e conviver com as demais pessoas, não apenas com os familiares. Mas mesmo depois do começo da inclusão dos surdos eles não conseguiam trabalho na época, tendo que passar o resto da vida com os amigos e familiares para serem sustentados, mesmo tendo capacidade para desenvolver os mais diversos tipos de trabalho.

Ainda no segundo império em 1874 o hospital Estadual de Salvador, na Bahia, hoje denominado Hospital Juliano Moreira, iniciou a assistência aos doentes mentais. Porém, a "educação inclusiva" nas políticas educacionais brasileiras veio ocorrer somente no final dos anos 50, início das décadas de 70

no século XX. Em 1957 foi fundado pela Lei nº 3198 dia 06 de julho, o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Até 1950, havia 40 estabelecimentos, federais e estaduais, de ensino regular, mantidos pelo poder público, que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial. Também 14 estabelecimentos de ensino regular dentre esses um federal, nove estaduais e quatro particulares que prestavam atendimentos a alunos com outras necessidades educacionais especiais. Segundo FONSECA (1995.p.87): *"A aprendizagem por exposição direta continua pela vida a fora com resultado na relação com os estímulos, onde, naturalmente, emergem muitas modificações no processo cognitivo. Esta forma de aprendizagem ocorre com uma transação entre pessoas e entre elas e o mundo físico e social envolvente".*

Atualmente o tema Educação Inclusiva vem sendo abordado com mais frequência, e isso desperta o interesse da busca através de pesquisas a cerca da Educação Especial Auditiva (DA), que vem auxiliando as novas descobertas e maiores soluções para que surdos sejam inseridos nas escolas regulares e no meio social e trabalhista. Com o direito de igualdade, se faz necessário que sejam destituídos, todos e quaisquer tipos de preconceitos, sejam estes por parte da própria família, da escola ou da sociedade em geral, visando valorizar as peculiaridades do surdo.
Tendo em vista que a legislação hoje prevê vários direitos para as pessoas portadoras de deficiência (PPD), inclusive leis sobre a empregabilidade das mesmas. Algumas delas são:

A Lei nº 8.112, impõe que a União reserve, em seus concursos, até 20% das vagas a portadores de deficiências, havendo iniciativas semelhantes nos Estatutos Estaduais e Municipais, para o regime dos servidores públicos.
A Lei nº 8.213/91 preceitua a porcentagem para empresas privadas de acordo com o número de funcionários da mesma e fixa os seguintes percentuais: "*A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:*
-até 200 empregados... 2%
-de 201 a 500 empregados... 3%
-de 501 a 1.000...4%
-de 1001 em diante... 5%"

A campanha Nacional de Linguagem Brasileira de sinais, LIBRAS, reconhecida através do decreto sancionado em 24 de abril, de 2002, a Lei Nº10.336, no seu artigo 4º o seguinte:
"O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do distrito federal devem garantir a inclusão nos magistérios, em seus níveis médio e superior, do ensino de língua brasileira de sinais- LIBRAS como parte integrante dos parâmetros curriculares nacionais - PENS conforme a legislação vigente".

Existem várias outras leis que discorrem sobre as necessidades básicas, os direitos e a melhor forma de incluí-los na sociedade. Cabe ao direito do trabalho despir-se destes preconceitos e buscar, cientificamente, a compreensão dos reais limites dos deficientes para, cumprindo seu papel histórico, garantir-lhes condições de igualdade plena aos demais trabalhadores, o preconceito estamos dizendo que as pessoas precisam mudar para que possa esta convivendo na sociedade. O problema é do surdo, que não entende o que esta passando na TV, e não da emissora que não coloca a legenda; é do cego, por não saber das novas leis, e não do poder publico que não as divulga oralmente ou em braile; e o deficiente físico que não consegue subir uma escada, não é de quem aprovou a construção sem rampas. Podem dizer que a responsabilidade é do deficiente ou da sociedade.

Além das leis da constituição brasileira, temos ainda as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), que falam sobre as melhores e mais práticas maneiras de prover a acessibilidade em diversos meios físicos, que são comumente usados como caixas eletrônicos, veículos, imóveis e

etc. Tamanha necessidade da LIBRAS, língua brasileira de sinais, nas salas de aulas "normais" para o bem do desenvolvimento intelectual de surdos e ouvintes para uma educação inclusiva e valorizada, é impossível pensar em um projeto educacional de qualidade que não mantém como promessa básica a importância da língua de sinais e a atuação de surdos adultos competentes linguisticamente como interlocutores no processo de aquisição dessa língua contribuindo, significativamente na formação da personalidade e no processo educacional dos surdos. De acordo com FONSECA (1995, P.195): *"é fundamental ter professores de ensino especial integrados no ensino primário e no ensino secundário para facilitar a integração"*.

Então, é importante que a empresa ofereça aos seus funcionários, principalmente portadores de deficiência (DA), condições dignas de aprendizagem e adaptação como projetos, oficinas revendo determinadas posturas e com isso construindo uma nova filosofia da mesma, voltada para seu funcionário portador da deficiência DA.
O segundo momento deste projeto de pesquisa é uma oficina com alunos desta instituição, futuros técnicos e funcionários das empresas envolvidas que se relacionam diretamente com portadores de surdez onde serão repassados os conhecimentos da língua brasileira de sinais e o uso da datilologia, fazendo com que melhore o seu conhecimento, para que possa comunicar-se com as pessoas portadoras desta necessidade especial, fazendo com que as mesmas não se sintam excluídas, o que ocorre em muitos casos, pois os deficientes em várias ocasiões são colocados para trabalhar em setores que não necessitam de comunicação ou contato com o público, utilizando-se apenas de força bruta de trabalho e não a capacidade do intelecto dos seus empregados, sucumbindo-os a exclusão da mesma forma que antes.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O projeto será dividido em três etapas:

Verificação dos trabalhos já existentes, investigação sobre como ocorre o desenvolvimento de socialização dos jovens com necessidades educacionais especiais auditivas, como esse processo está ocorrendo nos dias atuais no meio trabalhista, escolar e social e por fim, análise de dados, execução dos trabalhos de posse das informações de estudiosos da temática juntamente com nossa realidade na Instituição e na região.

Após revisão bibliográfica, estudos das leis que garantem vagas a portadores de necessidades especiais em empresas privadas e concursos públicos foram entrevistados estes funcionários com a finalidade de verificar o estado do cumprimento desta legislação na região agreste de Estado de Alagoas, condições de trabalho, adaptação e eventuais problemas de comunicação por falta de conhecimento em LIBRAS por parte do resto da empresa.

Posteriormente designar programa para capacitação de futuros técnicos em LIBRAS, para que cheguem ao mercado de trabalho aptos para interagir com portadores de DA.

As informações são obtidas através de estudos e pesquisas no IFAL na Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos FENEIS, e no INES juntamente com algumas secretarias estaduais, federais e municipais de educação e escolas especiais, constituídos pontos de referência para pessoas que buscam conhecer a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, também serão considerados os relatos de surdos inseridos no mercado de trabalho e suas maiores dificuldades de comunicação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entrevistas realizadas com funcionários surdos, com faixa etária entre 20 a 35 anos de idade, em sua totalidade do sexo masculino, intitulada: "portadores de surdez inseridos no mercado de trabalho na região agreste do estado de Alagoas" constata que:

1. Conseguiram seu primeiro emprego no período de 16 a 25 anos;
2. Aprenderam a linguagem de sinais (LIBRAS) nas escolas regulares de ensino, com os professores interpretes e os seus amigos;
3. 89% se comunicam com sua família em LIBRAS e 11% se comunicam através de gestos;
4. A comunicação acontece por meio da LIBRAS somente entre os portadores de DA, com os demais funcionários ela se dá por gestos, o que segundo os entrevistados e uma prática comum;
5. Segundo relatos, não existe pessoal capacitado para atendê-los em lojas, restaurantes, supermercados, comércio em geral.
6. Todos os entrevistados acreditam que seu potencial é bem explorado pela a empresa e que sempre estão buscando o melhor para qualidade de vida;
7. Todos trabalham com atendimento ao público, com dificuldade para uma comunicação efetiva.

Questionados também se seria importante que a empresa qualificasse os demais funcionários (ouvintes) em LIBRAS, todos os entrevistados afirmam que facilitaria o trabalho e derrubaria barreiras, ofertaria aos portadores de deficiência condições dignas de adaptação e crescimento.

6. CONCLUSÕES

Podemos concluir nesta pesquisa que existem dificuldades na inserção de portadores de DA no que se refere à comunicação, visto que a inclusão deve ser efetiva desde a escola até o mercado de trabalho, envolvendo toda a sociedade, visando oportunizar chances de crescimento e desenvolvimento aos portadores de necessidades especiais.

Capacitar futuros técnicos, através de oficinas de LIBRAS, é um canal para que estes possam, quando inseridos no mercado, interagir com surdos, colaborando com a produção de ambos. Uma grande discussão no campo da educação e currículo é a incorporação da LIBRAS no ensino regular, para todos, o que propiciaria um conhecimento básico para comunicação com surdos e um crescimento considerável no processo de inclusão, facilitaria a integração dos portadores de DA no mercado, posto que os demais funcionários estariam aptos para interagir, constituindo, então, uma total reciclagem humana.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus por dar-nos coragem, a mãe de um dos pesquisadores por incentivar-nos neste projeto, a nossa prof. Edmara, pois nos apoiou para que o mesmo acontecesse, de modo especial, agradecemos a Tiago Sebastião, que é uma pessoa com necessidades auditivas, irmão de um dos pesquisadores, por ser a pessoa que motivou tal pesquisa, aos voluntários e a todos que buscam a comunicação entre surdos e ouvintes para um melhor desenvolvimento na prática profissional e social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da educação especial. **Diretrizes nacional para a educação especial na educação básica.** MEC/ SEESP, 2001.

BRASIL. Secretaria da educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília DF: MEC/ SEF, 1997.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da republica federativa do brasil.** Brasília, Senado Federal: centro gráfico 1888. Lei de Diretrizes e bases da educação Nacional. Lei nº 9393 de 1996. Brasília DF, 1997.

Censos 2011 e a deficiência. Disponível em: <http://inclusaoaquilino.blogspot.com.br/2011/03/censos-2011-e-deficiencia.html> Acesso em: 06 julho 2012.

Censos 2011 ignoram realidade das pessoas com deficiência. Publicado em 29-03-2011. Disponível em: <http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1817635&page=-1> Acesso em: 06 julho 2012.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **O trabalho protegido do portador de deficiência.** Campinas, maio de 2000.

FONSECA, Vitor da. **Educação especial: programa de estimulação precoce- uma introdução as ideias de Feursteíu.** 2. Ed.rev.aum. Porto Alegre: Artes médicas 1995.

REINO UNIDO. Rehabilitation international. **Carta para o terceiro milênio.** Londres, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/carta_milenio.pdf> Acesso em: 06 julho 2012.